

Recebido em: 25.08.23
Aprovado em: 15.12.23

A natureza e o papel da subjetividade no jornalismo: estado da arte da discussão

Rafael da Silva Paes Henriques

Rafael da Silva Paes
Henriques

Doutor em Filosofia/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor no Depto. de Comunicação Social e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades/Universidade Federal do Espírito Santo.

E-mail: rafaelpaesh@gmail.com

Resumo:

A proposta deste trabalho é apresentar o estado da arte da discussão sobre a natureza e o papel da dimensão subjetiva na atividade jornalística, além de procurar indicações dos seus limites. Como resultados, pode-se afirmar que as investigações analisadas não fazem qualquer defesa de subjetivismos ou relativismos, nem apologia ao desrespeito à dimensão objetiva da existência. A subjetividade no jornalismo é caracterizada como tendo fundamento individual, mas também coletivo, visto que depende de um envolvimento pessoal e também de articulações sociais. Apesar de apontarem a subjetividade como importante instrumento de resistência aos automatismos e na luta pela hegemonia, as investigações indicam que nem toda interpretação subjetiva é adequada, sendo limitada intersubjetivamente; pela práxis ou pela própria objetividade, que deve permanecer como referência imprescindível para a produção jornalística.

Palavras-chave: Teorias do Jornalismo. Subjetividade. Interpretação.

The nature and role of subjectivity in journalism: state of the art of the discussion

Abstract:

The purpose of this paper is to present the state of the art in the discussion about the nature and role of the subjective dimension in journalistic activity, while also seeking indications of its boundaries. As a result, it can be stated that the analyzed investigations do not advocate for subjectivism or relativism, nor do they promote a disregard for the objective dimension of existence. Subjectivity in journalism is characterized as having both an individual and collective foundation, as it depends on personal involvement and social articulations. Despite pointing out subjectivity as an important instrument for resisting automatism and striving for hegemony, the investigations indicate that not every subjective interpretation is suitable, as it is limited intersubjectively by praxis or by objectivity itself, which must remain an essential reference for journalistic production.

Keywords: Journalism Theories. Subjectivity. Interpretation.

Estudos em Jornalismo e
Mídia, v. 20, n. 2, jul./dez. 2023
- ISSN 1984-6924

Um risco e uma necessidade

Jornalismo e subjetividade. A simples junção dessas duas palavras na mesma frase costuma despertar enorme preocupação entre as pesquisadoras e os pesquisadores do campo e também entre as (os) jornalistas. Ainda mais no atual momento histórico, no qual massivas e eficientes campanhas de desinformação, levadas a cabo em diversas partes do planeta, alcançaram resultados expressivos, como a saída do Reino Unido da União Europeia; a eleição de líderes extremistas em diversos países; a desconfiança da população mundial com relação às vacinas e o negacionismo e charlatanismo no enfrentamento da pandemia de covid-19, registrados no Brasil e também em outras partes do globo. Todos esses eventos foram evocados e reforçados por muita informação falsa, que circulou pelas redes sociais, mas que muitas vezes assumia a aparência de notícia jornalística, com a estratégia de persuadir. Sem compromisso algum com a realidade concreta, as mentiras espalhadas na forma de notícia negavam, justamente, a dimensão objetiva da existência para afirmar apenas o que pudesse gerar dividendos políticos aos seus autores/financiadores.

A inquietação que a discussão sobre a presença da subjetividade no jornalismo suscita é, dessa forma, bastante compreensível. Trata-se de um tema sensível e, até mesmo, perigoso nos dias atuais. Por outro lado, justamente pela sua atualidade, pensar a dimensão subjetiva da atividade de produção de informação é uma tarefa urgente e incontornável das teorias do jornalismo. Negar, ou até mesmo reduzir, a importância da subjetividade na produção jornalística não ajuda na defesa da dimensão material dos fenômenos, nem reforça a tentativa de se diferenciar o produto informativo, que deve ter compromisso com a realidade factual, do desinformativo, que procura confundir, ao invés de apresentar e esclarecer as ocorrências de interesse público.

Sendo assim, a tarefa que se apresenta exige rigor, cuidado e clareza na investigação. É preciso fazer uma espécie de diferenciação, visto que reconhecer o papel da subjetividade não significa, necessariamente, afirmar que o jornalista pode ou deve, a partir de suas crenças e predileções pessoais, interpretar os acontecimentos de qualquer modo, desde sua vontade, gosto ou arbítrio. Admitir a dimensão subjetiva na produção noticiosa e corroborar a ideia de que, o aspecto subjetivo, não somente é incontornável, como também é desejável, não quer dizer que qualquer interpretação do sujeito seja válida, nem que esse reconhecimento iguale a notícia à crença, opinião ou *fake news*. Faz-se necessário, então, se despir dos preconceitos, e, apesar de todos os receios, procurar a distinção conceitual. Afinal de contas, o que se quer dizer quando se afirma a dimensão subjetiva no jornalismo? Defende-se um vale tudo relativista no lugar da objetividade? Argumenta-se a partir de uma lógica disjuntiva: ou o relato é objetivo ou é subjetivo, realizando-se a escolha pelo segundo? Sustenta-se que apenas negras e negros podem escrever sobre racismo; que é preciso ser mulher para relatar o machismo e ser homossexual para reportar a homofobia com exatidão? Apenas pessoas com deficiência são capazes de descrever o capacitismo? É preciso ser religioso para escrever corretamente sobre religião?

Como toda questão de cunho filosófico, o problema da subjetividade no jornalismo não é trivial e não pode ser respondido apressadamente. Também é necessário reconhecer que esse esforço não é novo e que, recentemente, diversas autoras e autores publicaram estudos nos quais criticam duramente o paradigma da objetividade jornalística e parecem convergir para o seguinte ponto: não é mais epistemologicamente suficiente a afirmação de que quanto menos subjetividade no relato jornalístico melhor. É claro que por diversos caminhos, e com resultados distintos, essa espécie de afirmação e aquiescência da subjetividade no jornalismo também possui as suas divergências e este artigo não pretende apagar as suas par-

particularidades em nome de falsos consensos ou de agendas comuns. Também não se busca aplainar as diversas origens e filiações teóricas dos trabalhos que versam sobre o tema, na tentativa de defender que todos concluem do mesmo modo. A proposta deste trabalho é, na verdade, apresentar e discutir conceitualmente o estado da arte dessa discussão, no Brasil, determinando o papel que esses autores e autoras atribuem à subjetividade, na atividade jornalística.

Nesse caminho de investigação, procurar-se-á distinguir se a subjetividade, especificada pelas autoras e autores, tem caráter íntimo, pessoal e individual ou se é um fenômeno mais grupal e coletivo, além de procurar indicações de supostas fronteiras para a dimensão subjetiva. Não caberia perguntar quando a subjetividade começa a “interferir” ou “influenciar” a atividade, visto que é consenso nesta bibliografia, que o aspecto subjetivo é condição necessária e perpassa toda a produção de informação. Mas, por outro lado, seria interessante e produtivo realizar o exercício de procurar ao menos indicar a sua justa medida. Dito em outras palavras: nesta revisão bibliográfica, procurar-se-á por apontamentos dos limites da interpretação subjetiva. Se ela não pode tudo, até onde pode ir?

O corpus de análise desta pesquisa conceitual são os artigos em periódicos e livros científicos, publicados no Brasil, da área da Comunicação, nos últimos cinco anos (2019-2023), localizados por meio de busca na ferramenta Google Acadêmico, a partir da seguinte sintaxe: jornalismo and subjetividade. Reuniu-se os trabalhos listados apenas nas três primeiras páginas de resultados.

Pela superação de automatismos

Nos últimos anos, algumas investigações buscaram resgatar o reconhecimento e a valorização da dimensão subjetiva da atividade jornalística, como forma de se evitar as consequências indesejadas de certa compreensão do paradigma da objetividade. Nessa perspectiva, Bôas (2023, p. 31) explica que “[...] a objetividade tem funcionado como mais um modo de regulação de subjetividades possíveis, mais um lugar de construção da norma e da convenção”, já que algumas subjetividades são consideradas adequadas, enquanto outras não o são. Em nome de uma suposta objetividade, essa norma e convenção são extremamente uniformizadas e excludentes.

É importante indicar que, ao chamar a atenção para a subjetividade no jornalismo, Bôas não pretende destacar exclusivamente os aspectos pessoais, individuais, visto que cada pessoa é única, nem tomar partido da emoção no lugar da razão, conforme o pensamento binário e dualista costuma concluir: ou o relato jornalístico é emotivo ou é racional. Segundo a autora, a subjetividade não se resume à emoção, mas também ao afeto e a sensibilidade que “[...] parecem nos permitir ir além de uma noção que a associa ao indivíduo e inclui uma dimensão coletiva da construção de disposições éticas, estéticas e morais que é também constituidora de nossos valores” (Bôas, 2023, p. 30-31). Isso significa que, para a pesquisadora, a subjetividade tem uma dimensão tanto singular quanto coletiva.

Como resposta ao binômio da subjetividade/objetividade no jornalismo, Bôas se posiciona entre aquelas que não atribuem primazia a um dos polos, em detrimento do outro. A autora argumenta haver contaminações e interdependência entre as dimensões individuais e coletivas da existência, situando a notícia justamente “entre o coletivo e o singular” (Bôas, 2023, p. 25). “Como aquilo que eu sou e que expesso como o que me define mais intimamente pode me colocar em contato com uma sensibilidade comum, com construções sociais estruturais?” (Bôas, 2023, p. 27). A resposta é a codeterminação entre essas duas esferas da existência, não havendo sentido em se perguntar por qualquer primado ou prevalência dos estratos pessoais ou sociais.

As próprias “notícias se originam e se conformam a partir de valores e normas partilhados socialmente e é justamente nesta partilha que se define o que interessa, o que é mais caro a uma comunidade” (Bôas, 2023, p. 31), ou seja, desde

a seleção daquilo que deve e merece ser noticiado até quais são os aspectos mais ou menos importantes dos fatos de interesse jornalístico, existe uma forte influência coletiva e social. Ao mesmo tempo, Bôas (2023, p. 31) explicita que, em qualquer relato, sempre há algum espaço individual para a ruptura “[...] no modo como gesticula, porta-se, endereça-se, projeta sua voz e inscreve um ponto de vista narrativo – [a(o) jornalista] pode deixar ver marcas de novas possibilidades de inscrição do sujeito/jornalista na notícia e no mundo”.

Nesse sentido, o próprio jornalismo, como construção cultural, “não é algo fixo, dado, com regras e limites imutáveis ou homogêneos” (Bôas, 2023, p. 29). Sendo assim, a autora busca esclarecer “[...] de que modo a disputa de sentidos que lhe são constituintes [do jornalismo] dizem de relações maiores, de vinculações com o processo cultural mais amplo” (Bôas, 2023, p. 29-30). Com a argumentação, a autora busca justamente indicar as consequências ruins de certas escolhas teóricas e práticas resultantes de determinada compreensão da objetividade jornalística: existem sujeitos a quem se pode atribuir autoridade enquanto outros ou não aparecem ou são retratados por meio de representações redutoras: “[...] as convenções de sobriedade, seriedade, os códigos de vestimenta, a dicção cuidadosamente treinada dizem também de um modo de conformação de subjetividade, legitimam performances de sujeitos que devem ser tomados como respeitáveis ou não” (Bôas, 2023, p. 31).

Em capítulo da mesma obra, no qual aborda o binômio isenção/parcialidade, Tavares (2023) discute os lados do jornalismo, e o faz a partir da premissa de que a neutralidade exigida da atividade não tem nada de óbvio ou natural, mas responde a fatores determinados “[...] historicamente, construindo [o jornalismo] a sua própria maneira de ser isento” (Tavares, 2023, p. 54). O autor chama a atenção para a “porosidade das próprias distinções [...] como a oposição entre a opinião e a informação”, e para os limites da isenção jornalística, mas adverte que pretende “pensar não um jornalismo certo ou errado, tampouco um jornalismo relativizador, mas relacionado a um mundo comum possível e coerente com valores sociais mais justos e diversos” (Tavares, 2023, p. 54).

Portanto, ao admitir a artificialidade e a insuficiência da ideia de neutralidade, Tavares explica que não pretende inventar novas ou invertidas regras para o jornalismo, muito menos quer propor o fim de qualquer referência comum para os significados dos acontecimentos de interesse jornalístico, como se qualquer determinação reivindicada pelo sujeito sempre fosse possível, visto que ele nunca é imparcial.

Em vez disso, Tavares quer alertar que, ao buscar ser isento, a(o) jornalista assume “uma neutralidade perigosa; já que qualquer escrita, relato ou narrativa trazem consigo um autor, uma perspectiva de mundo e/ou linha editorial, um conjunto de interações subjetivas e sociais, um caldo cultural e contextual” (Tavares, 2023, p. 56). Nesse sentido, o reconhecimento da dimensão subjetiva na atividade jornalística, realizado pelo autor, não é da ordem de subjetivismos, já que além de um autor, ou seja, de uma subjetividade, todo relato possui também aspectos sociais, como interações com outros sujeitos, que se dão em certa cultura e contexto. A proposta indica reconhecer os aspectos individuais e coletivos da dimensão subjetiva.

É contra as consequências da “cisão sujeito-objeto” (Tavares, 2023, p. 58), desde a qual “[...] o acontecimento passa a ser o referente principal e ao mesmo tempo o delineador de um fazer noticioso de caráter testemunhal, mas um testemunho ‘desencarnado’, sem a experiência e a afetação dos sujeitos narradores” (Tavares, 2023, p. 58), que o autor constrói a sua argumentação. Para Tavares, ao negar a subjetividade, em nome de uma objetividade independente e autônoma, o jornalismo acaba reforçando “[...] a reprodução de um modo de vida, associado principalmente a uma leitura de mundo que normaliza o capitalismo e o neoliberalismo como modelos de estruturação da sociedade” (Tavares, 2023, p. 59).

Para não cair em “verdades inocentes, que não saibam complexificar e problematizar a possibilidade e o reconhecimento das versões”, [é preciso buscar] “as

muitas e necessárias versões, todas elas ligadas a um propósito de transformação social e ambiental” (Tavares, 2023, p. 63). Desse modo, a proposta de Tavares (2023, p. 63) não defende o descompromisso com a realidade factual, visto que aponta a necessidade de realizar o “diálogo com técnicas e rigor”, mas, ao mesmo tempo, o jornalismo deve “pautar-se por outras visões de mundo, de maneira mais ‘ativista’ e menos ‘financista’”. Segundo Tavares (2023, p. 63), a atividade jornalística precisa se engajar no “[...] compromisso da formulação de uma informação que opina, [e] pode sim priorizar e defender uma sociedade mais justa e igualitária, mais inclusiva e democrática”.

É justamente neste ponto que o autor comete o que avaliamos ser uma imprecisão conceitual. Uma coisa é reconhecer que não existe neutralidade, isenção e imparcialidade na produção jornalística, e, nessa direção, apontar para a necessidade de que as (os) jornalistas assumam e reconheçam a interpretação que, invariavelmente, realizam sobre os fatos de interesse jornalístico. Outro movimento bem diferente é igualar a interpretação à opinião, quando se exige um “compromisso da formulação de uma informação que opina” (Tavares, 2023, p. 63).

O que causa confusão, no que parecia já decidido pelo autor, é que a opinião pode ser compreendida como sendo exatamente o que é mais subjetivo, que pode ser individual e que não deve nenhuma satisfação a ninguém, não podendo ser limitada intersubjetivamente. Já a interpretação, ao contrário, precisa, necessariamente, ser compartilhada e corroborada socialmente. Não se pode, por exemplo, “interpretar” sozinho que a fome não é um problema existente no Brasil, mas é possível opinar, subjetivamente, que ela não é uma questão grave a ser enfrentada por meio de políticas públicas.

Entretanto, no último parágrafo do capítulo, Tavares resolve a possível dúvida com relação ao que pretende dizer quando reconhece que o jornalismo trabalha sempre com versões dos acontecimentos. Não significa transformar opinião pessoal em notícia. Para o autor, apresentar visões de mundo de modo ativista “não se trata de voltar a um passado panfletário [...] Mas fazer valer eticamente as versões jornalísticas de mundo, versões que somente o jornalista pode fazer” (Tavares, 2023, p. 64).

Mendonça (2021) se baseia na Teoria da Subjetividade, e em entrevistas com produtores de informação, para afirmar que aspectos subjetivos, como as percepções de mundo, identidade de gênero, sexualidade e raça, influenciam nas representações realizadas pelo jornalismo. De um lado, o autor chega a se colocar como um corpo, enquanto sujeito cognoscente, em contato com os corpos dos jornalistas, objetos da investigação (Mendonça, 2021, p. 110), dando a impressão de que está singularizando a subjetividade, dado que o corpo pode ser entendido, exatamente, como sendo a representação máxima daquilo que nos é mais próprio e individual.

Outra rápida passagem, quando da apresentação do trabalho de mestrado de Veiga da Silva (2014), poderia reforçar o excesso de peso dado à “fulanização” da subjetividade, visto que atribui importante papel ao gosto pessoal na seleção das notícias. Mas essa possibilidade é logo refutada por meio de um parêntese explicativo, no qual se indica que esse gosto, no caso específico, seria conformado em uma lógica heteronormativa, portanto obedece a regras minimamente de grupo, determinadas socialmente.

Por meio da proposta do jornalismo de subjetividade de Moraes e Veiga da Silva (2019), sobre a qual falaremos mais detidamente posteriormente, o reconhecimento da dimensão subjetiva no jornalismo, em Mendonça (2021), significa uma estratégia político-epistemológica descolonizadora, que reconhece os limites teóricos, profissionais e individuais do modo de objetivação jornalística vigente, sem propor a negação da dimensão objetiva da existência. Em sua investigação, a dimensão subjetiva é ao mesmo tempo social e individual: “entrelaçadas como unidade no curso das experiências da pessoa” (Mendonça, 2021, p. 112). Tanto é assim, que na menção à famosa metáfora dos “óculos especiais” de Bourdieu

(1997, p. 25), através dos quais os jornalistas enxergariam o mundo, Mendonça esclarece que as suas lentes seriam forjadas por um “conjunto de elementos que envolveriam ideologias pessoais e profissionais” (Mendonça, 2021, p. 113). Isto é: ao mesmo tempo singulares e coletivas.

Essa espécie de subjetividade, que responde a determinações tanto individuais quanto coletivas, também é a linha de chegada do artigo de Rocha (2021). A partir da epistemologia construtivista, o autor desloca o critério de verdade “tanto da objetividade ideal quanto da subjetividade, recolocando-o na prática de um mundo interpessoal de interações públicas” (Rocha, 2021, p. 19), ou seja, neste horizonte, a intersubjetividade passa a ser a melhor medida para se definir adequadamente o real.

Isso quer dizer que a (o) jornalista não determina sozinha(o), a partir exclusivamente de predileções pessoais, a maneira correta de se ler os acontecimentos de interesse jornalístico, mas também significa que as notícias não são o resultado de uma descrição puramente objetiva do que ocorre, como se pudesse ser uma operação sem sujeito, sem interpretação. O autor recorre a Meditsch (2001) para indicar que a intersubjetividade é o “parâmetro lógico que estabelece e ao mesmo tempo limita a relatividade de todo o conhecimento” (Meditsch, 2001 *apud* Rocha, 2021, p. 19). Estabelece a relatividade, visto que o conhecimento não pode ser uma operação realizada individualmente, tendo que se submeter os resultados ao escrutínio de outras subjetividades; e limita a relatividade à medida que esses mesmos sujeitos também são o limite necessário para que nem toda determinação seja considerada possível ou adequada.

O intuito da investigação conceitual de Rocha é, sobretudo, alertar que o paradigma positivista da objetividade compromete a autonomia relativa da (do) jornalista e o pluralismo de entendimentos sobre a realidade, presentes na esfera pública. Ao qualificar essa autonomia de relativa, o autor destaca, mais uma vez, que o sujeito não pode interpretar a realidade apenas de acordo com suas convicções, mas deve fazê-lo intersubjetivamente. Só que quando pretende interferir o mínimo possível na cobertura de eventos, cuja determinação já estaria pronta e acabada, como determina a crença na objetividade nela mesma, a (o) jornalista esforça-se, justamente, para não interpretar, para não fazer relações entre os fatos, e acaba se assujeitando à perspectiva dominante, e, muitas vezes, a (o) profissional termina por igualar o enquadramento mais automático, hegemônico, à própria realidade concreta. Desse modo, outras leituras possíveis, também existentes na sociedade, são excluídas e não aparecem nas notícias. Em trabalho anterior (Henriques, 2021a), apontamos outra consequência inconveniente de certo entendimento da objetividade jornalística: o jornalismo declaratório.

Para alcançar alguma mudança, Rocha (2021) propõe que as (os) jornalistas compreendam a sua função de outra maneira: no lugar de paladinos da verdade absoluta, os profissionais da informação, devem se posicionar “sempre em função dos interesses coletivos e do bem comum” (Rocha, 2021, p. 23). É claro que esses valores não são simples de serem definidos e geram bastante controvérsia, mas a sua busca é uma tarefa diária que deveria ser enfrentada pelas (pelos) jornalistas.

Assim como Tavares (2023), Rocha (2021) também parece igualar a interpretação com a opinião. Em primeiro lugar, o autor critica a convicção que determina a separação de fato e opinião, apontando, inclusive, a sua impertinência, visto sua impossibilidade. Em seguida, por meio de Gans (2003), o autor “lamenta que a opinião jornalística seja reprimida” e chega a afirmar que “os jornalistas deveriam poder complementar histórias diretas com opinião para oferecer mais diversidade” (Rocha, 2021, p. 36). Apesar desse ponto ambíguo da investigação, Rocha (2021, p. 37) conclui que, com a sua proposta, deseja privilegiar não a opinião particular da (o) jornalista, mas “especialmente as interpretações dos setores da periferia que se posicionam de forma contrafactual em relação aos enquadramentos da ideologia hegemônica”.

Com resultados semelhantes, Peixoto e Lima (2021) reconhecem a subjetividade não somente como elemento incontornável da produção jornalística, como também como uma dimensão desejável, lugar de manifestação da potência da humanidade frente à objetividade. O artigo realiza uma aproximação entre o conceito de hegemonia em Gramsci – que também subsidia o trabalho de Rocha (2021) – e o de jornalismo como forma de conhecimento, de Genro Filho (2012). A proposta de Peixoto e Lima (2021, p. 29), mesmo que a partir da apropriação de outras teorias e de um diálogo muito mais demorado com Gramsci, na comparação com Rocha (2021), também tem “foco no jornalismo como instrumento de resistência ao sistema hegemônico”.

Para que o jornalismo enfrente as questões de seu tempo, os autores apontam um caminho que “requer conhecimento produzido por meio de uma práxis consciente das condições objetivas e em relação dialética com a subjetividade humana, entendendo a disputa da hegemonia como um processo histórico, e não como um momento catártico” (Peixoto; Lima, 2021, p. 29)¹. Desse modo, a subjetividade não é apresentada como algo a ser evitado e nem mesmo a ser minimizado o máximo possível, no processo de produção de notícias, ao contrário: eles defendem “um papel ativo do sujeito (jornalista profissional)” (Peixoto; Lima, 2021, p. 30).

Sendo assim, em vez de simplesmente “contar histórias’ ou ‘fiscalizar o poder” (Peixoto; Lima, 2021, p. 33), a (o) jornalista deve tomar a consciência que o resultado de seu trabalho “[...] é a produção de um tipo de conhecimento, socialmente relevante, que faz parte das disputas pela hegemonia das ideias, no cotidiano da sociedade”. Nessa direção, existe uma dimensão individual na subjetividade requerida pelos autores, na medida em que “não há [...] contradição em compreender o jornalismo como um ambiente no qual marcas do ativismo se manifestam, desde que isso ocorra de maneira transparente, respeitando sempre a inteligência e a curiosidade do leitor” (Peixoto; Lima, 2021, p. 37).

Por outro lado, Peixoto e Lima (2021, p. 37) também destacam, ao mesmo tempo, o aspecto coletivo do jornalismo como forma de conhecimento que deve buscar a superação do senso comum e “reflete[ir] atuações contra o sistema capitalista, patriarcal e de exclusão social, racial e étnica, articuladas por organizações do movimento social ou por coletivos de jornalistas/comunicadores”. Com efeito, para esses autores, a dimensão subjetiva também é ao mesmo tempo individual, posto que depende de um envolvimento pessoal da(o) jornalista, e coletiva, já que é resultado de articulações sociais e de grupos.

Para que a afirmação da subjetividade não resulte na construção de fatos desde o arbítrio da (do) jornalista, além da sua dimensão coletiva, os autores se baseiam em Genro Filho (2012) para apontar que a práxis deve ser o critério rigorosamente observado/respeitado. “É a partir da práxis que ‘a objetividade pode ser revelada em seu movimento, como tendências e possibilidades concretas’, no mesmo processo dialético em que a subjetividade pode se reconhecer e enfrentar suas potencialidades e seus limites” (Genro Filho, 2012, p. 196 *apud* Peixoto; Lima, p. 30). Nesse sentido, não há subjetivismo ou relativismo nesse entendimento do processo de construção de notícias. Em seu lugar, a ideia é:

[...] a partir de um processo dialético entre teoria e prática e da análise da realidade concreta, articulada à perspectiva histórica, o jornalismo, invariavelmente, requer um tipo de práxis que busque a maior aproximação possível de uma ontologia do fato ou do acontecimento. Mas não uma totalidade reduzida a uma verdade absoluta, e sim uma construção polissêmica em que se exponham as concepções ideológicas e as contradições das forças hegemônicas em disputa (Peixoto; Lima, 2021, p. 34).

Pode-se concluir que a materialidade histórica é o parâmetro que, dialeticamente, limita a subjetividade, de maneira que nem toda interpretação pode ser considerada adequada. A (o) jornalista deve “contempla[r] o contexto e os elementos

¹ Em trabalho anterior (Henriques, 2021b), nomeamos de dialético o entendimento no qual a realidade é estruturada desde a relação dialética sujeito-objeto. Em Henriques (2021a), detalhamos as características dessa perspectiva teórico-prática.

da realidade concreta, buscando uma visão integral das relações sociais às quais o fato e o acontecimento estão submetidos” (Peixoto; Lima, 2021, p. 33). Nessa tarefa, o destaque à necessidade de um(a) jornalista de algum modo ativista e militante, e a busca por um jornalismo integral, defendidas pelos autores, os aproxima bastante da proposta de jornalismo de subjetividade, que será apresentada a seguir.

O jornalismo de subjetividade

O jornalismo de subjetividade critica fortemente os valores da racionalidade moderna e se fundamenta teoricamente nos estudos decoloniais e feministas. O principal argumento parte dos mesmos pressupostos dos estudos apresentados anteriormente neste artigo: a ideia positivista de objetividade jornalística resulta em um(a) jornalista que fica à mercê das interpretações da ideologia dominante, e, assim, para a autora da proposta, o jornalismo acaba atuando como caixa de ressonância, por exemplo, do machismo, racismo, classismo e homofobia.

Por essa lógica, tudo o que não é o sujeito universal, “homem, branco, heterossexual, ocidental” (Moraes; Veiga da Silva, 2019, p. 2), compreendido como o *Outro*, acaba sendo representado por meio de preconceitos e estereótipos ou simplesmente é ignorado pela cobertura. O resultado é um jornalismo que “transforma as diferenças em desigualdades” (Moraes; Veiga da Silva, 2019, p. 2).

A proposta de um jornalismo de subjetividade nasce de uma reflexão sobre a própria experiência da autora, em redações jornalísticas, sendo apresentada pela primeira vez por Moraes (2015); ganhando bastante repercussão no artigo de Moraes e Veiga da Silva (2019); tendo sido desenvolvida, e mais detalhada, em trabalhos posteriores de Moraes (2019a; 2019b; 2021; Moraes; Ijuim, 2023). O teor provocativo do nome é admitido pela autora, e nos parece que realiza uma espécie de inversão nietzschiana, que exagera e, aparentemente, pesa a mão no polo oposto, apenas para desconstruir as ideias em vigor, isto é, trata-se de uma forma de filosofar com o martelo, na expressão cunhada pelo pensador alemão.

Nietzsche não é citado nenhuma vez nas investigações, mas algumas passagens permitem essa aproximação, como a que reconhece que se trata de “um termo que, é claro, carrega um certo diabo da provocação” (Moraes, 2019a, p. 206). Quando assumem que a “[...] denominação carrega alguma provocação ao sublinhar justamente aquilo que sempre foi negado pela prática, apesar de estar em seu bojo, entranhada pela epistemologia regente” (Moraes; Veiga da Silva, 2019, p. 13). Ou ainda quando afirma que o “[...] termo [que] não nega a objetividade jornalística, mas que reconhece os aspectos subjetivos como necessários para uma prática mais íntegra e integral” (Moraes, 2021, p. 118). Então por que optar por nomear pelo pólo oposto, se não para evidenciar uma espécie de “desacato à tradição”?

Se a crença na objetividade jornalística como neutralidade e isenção gera uma série de consequências nefastas, as autoras propõem algo cujo nome indica o seu contrário: um jornalismo de subjetividade. Importante notar que a “insolência” comporta um risco, visto que o próprio Nietzsche é, muitas vezes, mal compreendido, em sua dura crítica aos valores da modernidade, sendo associado ao relativismo e ao subjetivismo². Nossa compreensão dos trabalhos de Moraes não permite apontar que a subjetividade, almejada por ela, resulta na onipotência do sujeito ou na perda da realidade concreta como principal referência do trabalho jornalístico.

Moraes (2019b, p. 206) esclarece, ao contrário, que, com a proposta, a ideia não é “somar-se ao clássico debate sobre a impossibilidade da objetividade jornalística ou tratar a subjetividade como sua antagonista”. Em vez de uma visão dicotômica do binômio objetividade-subjetividade, “é preciso sublinhar que a subjetividade sobre a qual nos referimos neste jornalismo se irmana a critérios notadamente objetivos” (Moraes, 2021, p. 119). Na verdade, “[...] a subjetividade é vista como um ganho fundamental na reportagem e mesmo na notícia cotidiana”

² Ver Nunes (2000) e Machado (1984).

(Moraes, 2021, p. 118). Moraes e Veiga da Silva (2019, p. 13) explicam que, apesar de valorizar elementos como “a emoção, o corpo, as visões de mundo dos sujeitos-profissionais”, essa subjetividade requerida pela proposta é limitada, além de não ser exclusivamente individual, pois “se situa em questões extremamente pertinentes e presentes no mundo sensível”, ou seja, existentes na realidade material e histórica (Moraes; Veiga da Silva, 2019, p. 14). As autoras conclamam as (os) jornalistas a observar esses dados concretos, tais como: “[...] as posições de classe, gênero, geográficas, raciais e grupais dos jornalistas e daqueles que por estes são enquadrados; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante” (Moraes; Veiga da Silva, 2019, p. 14).

Reforçamos mais uma vez, que as autoras procuram distinguir que a “subjetividade não pode ser entendida como algo meramente interno, pessoal, do campo da vida privada – a subjetividade é também formada por um ambiente histórico dado, objetivo” (Moraes; Veiga da Silva, 2019, p. 15). Sendo assim, apesar do nome, este horizonte de entendimento compreende a dimensão subjetiva na produção jornalística como sendo algo ao mesmo tempo subjetivo e objetivo. Nessa perspectiva, afirmar a subjetividade não quer dizer se deixar guiar pelas emoções e predileções pessoais, mas “[...] ao contrário, significa estar também guiado por critérios dados no desenho de nossa realidade” (Moraes; Veiga da Silva, 2019, p. 14). Isso porque “[...] a dimensão subjetiva também é conduzida ao lado de uma apuração rigorosa, análise de dados, pesquisas bibliográficas e de campo, observação direta ou indireta, etc.” (Moraes, 2021, p. 119).

A partir de Haraway (1995), Moraes e Veiga da Silva (2019) são ainda mais diretas, no esclarecimento dos limites da subjetividade admitida e desejada para o jornalismo, ao sugerirem o afastamento “[...] das perspectivas da totalização e do pleno relativismo, considerados por ela como ‘truques de Deus’, por serem entendidos como perspectivas que igual e inteiramente prometem uma visão de toda a parte e de lugar nenhum” (Moraes; Veiga da Silva, 2019, p. 14).

Antevendo possíveis desentendimentos, os textos chegam a tratar especificamente do que se quer dizer quando se defende uma atividade jornalística ativista, postura oposta à da isenção: “não significa abrir mão de ferramentas e procedimentos vitais (apuração, pesquisa, produção polifônica), mas sim empregá-los em abordagens que, bem realizadas, respeitam e potencializam aquilo que o jornalismo tem de mais poderoso” (Moraes, 2019b, p. 216). O mais potente, indicado, seria a possibilidade de a atividade produzir notícias que revelam eventos e/ou aspectos de acontecimentos de interesse público, que precisam ser divulgados, mas que geralmente ficam silenciados e apagados pelas mesmas interpretações de sempre da realidade. Ser ativista, nesse sentido, não seria uma prática desejável “[...] apenas em um ambiente digital, ‘independente’, ‘alternativo’ [...], pode estar localizado também no cotidiano de grandes empresas jornalísticas, em matérias cotidianas ou grandes reportagens, em editorias de cultura ou política [...]” (Moraes, 2021, p. 115-116). A dimensão subjetiva pode ajudar a (o) jornalista a compreender alguns elementos, que fazem parte do que ela chama de “rede técnica” da atividade, mas que são muitas vezes negados ou naturalizados como se tivessem caído do céu.

De algum modo, a proposta é, mais uma vez, a realização de leituras de mundo menos automáticas, por meio de “sistemas de percepção ativos que constroem traduções, interpretações e modos específicos de ver” (Moraes; Veiga da Silva, 2019, p. 14), ou até de uma “sensibilidade hacker” (Moraes, 2021, p. 123), capaz de proporcionar à atividade jornalística “a possibilidade de novos enquadramentos, novas discussões, promover a complexidade já existente no cotidiano. Hacker no sentido de provocar o craquelamento de imagens/discursos do que parece natural, mas não é” (Moraes, 2021, p. 124). “É antes um exercício ético, no qual a/o jornalista não se neutraliza, mas pensa na potência e nos limites da própria produção (Moraes, 2021, p. 124). A proposta busca repensar o jornalismo,

“[...] complexificar sua deontologia, não a simplificar. Mostrar procedimentos, limites, resgatar o sujeito cognoscente, não se entender como neutro, assumir as interpretações” (Moraes, 2021, p. 127).

Para as autoras, é justamente no aspecto subjetivo que reside “uma potência transformadora/reparadora que pode ajudar a empreender movimentos urgentes no pensar e no fazer jornalísticos” (Moraes; Veiga da Silva, 2019, p. 16). O reconhecimento e a aquiescência da subjetividade são apontados como sendo, exatamente, o caminho para realizar essa transmutação na qual, em última instância, busca-se a superação de “modos de dizer e fazer desumanizantes” (Moraes; Ijuim, 2023, p. 79).

Considerações Finais

Assim como não há autoras(es) brasileira(o)s contemporânea(o)s que defendem a objetividade jornalística positivista³, isto é, que afirmem a necessidade e a possibilidade de um relato que simplesmente reflita a realidade sem nenhuma interferência subjetiva, tal como indica a metáfora do espelho, não há, pelo menos entre a produção acadêmica brasileira atual, quem afirme a subjetividade no jornalismo para advogar pela arbitrariedade ou onipotência do sujeito na descrição das ocorrências de interesse jornalístico.

Sendo assim, nenhum trabalho faz a defesa do subjetivismo, em que, individualmente, a partir de gostos ou preferências, cada jornalista pudesse produzir sentidos a partir de predileções exclusivamente pessoais. Não há nenhum sinal de apologia ao descompromisso com a realidade factual, nem qualquer indicação de relativismos absolutos, nos quais a realidade sensível, concreta e material, deixa de ser um bom parâmetro para a produção noticiosa. Nem toda a interpretação da realidade é válida ou adequada, visto que, nessas pesquisas conceituais, admitir a dimensão subjetiva não significa deixar de respeitar a objetividade, não quer dizer liberar a atividade do rigor procedimental.

Em vez disso, as investigações desta revisão de literatura procuram esclarecer a interdependência e o co-pertencimento entre as dimensões subjetiva e objetiva da existência. O que se aponta é que as fronteiras entre esses dois polos são mais difusas e porosas do que julga o estereótipo do paradigma da objetividade, que busca separar aquilo que, na realidade, tem uma natureza dialética. Nesses trabalhos, o aspecto subjetivo é apontado como condição necessária, e desejável, que perpassa toda a produção de informação, assim como seu oposto, a objetividade, numa espécie de amálgama de codeterminação.

Para essa(e)s autora(e)s, a subjetividade possui um caráter ao mesmo tempo individual e coletivo, visto que, até mesmo o que nos é mais íntimo, também possui fundamento social. Dessa maneira, não faz sentido creditar, ao menos a estes trabalhos, o argumento de que apenas a (o) jornalista pertencente aos grupos identitários saberia descrever o que é ser mulher, homossexual, negro, etc. A intenção das investigações não é operar numa lógica disjuntiva em que ou o relato seria objetivo ou subjetivo, para se defender que seja uma espécie de subjetivo “do bem”.

Em vez disso, os estudos convergem para uma necessidade de reconhecer que sempre existe um jornalista que interpreta os acontecimentos, desde o momento em que os considera importantes e pertinentes de serem publicados, selecionando-os ou descartando-os, passando pela etapa em que muitas escolhas também precisam ser feitas na direção de destacar um ou outro aspecto do fato de interesse jornalístico, até as determinações entre as diversas possibilidades relativas à edição. Outro ponto comum entre as pesquisas analisadas é o entendimento de que a negação dessa dimensão subjetiva/interpretativa compromete o pluralismo de visões sobre a realidade e acaba servindo para que sempre os mesmos quadros interpretativos, ligados a leituras conservadoras e hegemônicas, sejam reconhecidos como possíveis. Insistir que os “fatos falam por si só”, não cabendo a(o) jornalista interpretar os acontecimentos, resulta em uma perversa padronização e uniformização das subjetividades que são antidiversida-

³ Ver Henriques, 2021b.

de, portanto excludentes. A subjetividade, desse modo, se apresenta, nesses trabalhos, como instrumento de resistência às limitações de automatismos reducionistas.

Mas se nem toda a interpretação requerida para os fenômenos é possível e adequada, nossa revisão de literatura apontou três maneiras de se definir os limites da interpretação: 1) a intersubjetividade; 2) a práxis; e 3) a própria objetividade, enquanto realidade concreta. Apesar das especificidades e da diversidade de origens teóricas de cada um desses parâmetros para a delimitação da dimensão subjetiva, todos apontam para a permanência da dimensão objetiva da existência como referência imprescindível para a produção jornalística. Pode-se concluir que, apesar dos riscos envolvidos, a aceitação e assentimento da dimensão subjetiva do jornalismo não busca substituir a objetividade, mas reconhecer que todo relato é um recorte subjetivo na realidade material operada pelo jornalista e também pelo próprio jornalismo como instituição social.

Referências

BÔAS, V. M. V.. Subjetividade / Objetividade. O jornal do sujeito ou o sujeito do jornal?. In: LEAL, Bruno S.; TASSIS, Nicoli; MANA, Nuno (Orgs.). **Para desentender o jornalismo**. Belo Horizonte: PPGCOM-UFMG, 2023. p. 25-36.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GANS, H. **Democracy and the news**. New York: Oxford University Press, 2003.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995.

HENRIQUES, R. P. A objetividade jornalística como utopia indispensável ou como referência controversa. **Conexão: Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 20, n. 39, p. 31-51, jan./jun. 2021a.

HENRIQUES, R. P. Entendimentos de objetividade entre os jornalistas brasileiros: o que se pretende ser, quando se quer ser objetivo. **Brazilian Journalism Research**, [s.l.], v. 17, n. 3, p. 792-831, 2021b.

MACHADO, R. **Nietzsche e a verdade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MEDITSCH, E. Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação: ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo. In: Encontro Anual da COMPÓS, 10., 2001. Brasília. **Anais [...]**. Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2001. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2001/trabalhos/generos-de-discurso-conhecimento-intersubjetividade-argumentacao-ferramentas-par?lang=pt-br>. Acesso em: 7 jul. 2023.

MENDONÇA, F. V. K. M. Porque todo ponto de vista é a vista de um ponto”: A subjetividade como um dos lugares para se compreender o jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 109-120, 2021.

MORAES, F. **O nascimento de Joicy**: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

MORAES, F. Para que serve um jornalismo de subjetividade?. In: MAROCCO, B.; ZAMIN, A.; SILVA, M. V. **Livro de repórter: autoralidade e crítica das práticas**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2019a. p. 411-432.

MORAES, F. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204-219, 2019b.

MORAES, F. Jornalismo, ativismo e sensibilidade hacker: Por uma prática situada que ousa dizer o nome. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, p. 115-131, 2021.

MORAES, F.; IJUIM, J. Repensar a "humanidade": limites de um conceito na imprensa e apontamentos para superar a desumanização. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 22, n. 42, 2023.

MORAES, F.; VEIGA DA SILVA, M. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: Encontro Anual da COMPÓS, 28., 2019, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>>. Acesso em: 7 jul. 2023.

NUNES, B. **O Nietzsche de Heidegger**. Rio de Janeiro: Pazulin, 2000.

PEIXOTO, C. N.; LIMA, S. P. Jornalismo, hegemonia e conhecimento: leituras sobre uma proposta de práxis contra-hegemônica em Antonio Gramsci e Adelman Genro Filho. **Líbero**, São Paulo, v. 24, n. 49, p. 27-42, 2021.

ROCHA, H. C. A Notícia e as Referências de Objetividade e Intersubjetividade: ambiguidade e contradição na ideologia do profissionalismo jornalístico. **Âncora-Revista Latino-Americana de Jornalismo**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 746-764, 2021.

TAVARES, F. M. B.. Isenção / Parcialidade. Os lados do jornalismo. In: LEAL, B. S.; TASSIS, N.; MANA, N. (Orgs.). **Para desentender o jornalismo**. Belo Horizonte: PPGCOM-UFMG, 2023. p.51-68.

VEIGA DA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção de notícias**. Série Jornalismo a rigor. v. 8. Florianópolis: Insular, 2014.